

REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO ELEITORAL - RBDE
Publicação semestral

ISSN 2176-1671

Revista Brasileira de DIREITO ELEITORAL RBDE

DOUTRINA

Coordenador
Luis Gustavo Severo



FÓRUM

Sumário

DOUTRINA

Artigos

O que tem de novo nas eleições de 2022

Benigno Núñez Novo	9
Introdução	9
Desenvolvimento	9
Mais prazo para as federações	10
Acesso ao Boletim de Urna	10
Auditoria nas urnas durante a votação	10
Transmissão das auditorias ao vivo	11
Menos poluição ambiental	11
Horário de votação unificado	11
Fundo Eleitoral	11
Uso do Pix e <i>shows</i> para arrecadar recursos	12
Desinformação	12
Dados pessoais	12
Voto em trânsito	13
Principais datas do calendário eleitoral resumido de 2022	13
Janela partidária	13
Registro de estatutos no TSE	13
Formação de coligações	14
Transferência do título	14
Quantitativo do eleitorado	14
Teste de Confirmação do TPS e lacração dos sistemas	14
Financiamento coletivo	15
Fundo Eleitoral	15
Composição da mesa receptora de votos	15
Convenções partidárias e registros de candidatura	15
Propaganda eleitoral	15
Data da eleição	15
Prestação de contas	16
Datas de diplomação e posse	16
Conclusão	16
Referências	17

A formação de litisconsórcio passivo necessário com o partido político em Recursos Contra a Expedição de Diploma: o interesse imediato das organizações partidárias diante da redefinição do número de cadeiras e do financiamento público partidário

Emma Roberta Palú Bueno, Geovane Couto da Silveira, Waldir Franco Félix Junior	19
1 Introdução	20
2 Brasil: um Estado de partidos	21
3 O litisconsórcio passivo necessário em sede de Recurso Contra Expedição de Diploma (RCED)	23
4 Conclusão	31
Referências	32

Segurança jurídica eleitoral: a compreensão do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal sobre o alcance da anterioridade eleitoral

Fabiana Cristina Ortega Severo da Silva	35
1 Introdução.....	35
2 A conceituação e a nomenclatura do princípio da anterioridade eleitoral na Constituição de 1988.....	36
3 A concepção do princípio da anterioridade na jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral	40
4 A perspectiva histórica e atual do Supremo Tribunal Federal em relação ao princípio da anterioridade eleitoral.....	45
5 Conclusão	53
Referências	55

Inelegibilidade por rejeição de contas e exigência de dolo específico: contribuição para a interpretação da alínea “g” do art. 1º, I, da Lei Complementar nº 64/90 em face das alterações na Lei de Improbidade Administrativa

Humberto Chaves, Bruna Lóssio	59
Introdução.....	60
Antiga interpretação da alínea “g” do art. 1º, I, da Lei Complementar nº 64/90	60
Superveniência da “nova” Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 14.230/2021) e o <i>leading case</i> (Recurso Ordinário nº 0601046-26.2022.6.17.0000/PE)	62
Aporte hermenêutico para análise da questão: inelegibilidade, Ficha Limpa e princípios da retrospectividade da lei, isonomia e segurança jurídica.....	63
Conclusão	71
Referências	72

O *compliance* como instrumento de planejamento estratégico e prevenção de riscos para os partidos políticos e candidatos

Luiz Cesar Barbosa Lopes	75
1 Introdução.....	75
2 <i>Compliance</i> como instrumento de estratégia no processo eleitoral.....	77
2.1 O <i>compliance</i> como mecanismo de avaliação e mitigação de riscos no contexto do processo eleitoral.....	80
3 Conclusão	83
Referências	84

A nova Lei de Improbidade Administrativa e seus efeitos eleitorais

Pedro Gallotti Kenicke	85
1 Introdução.....	85
2 A reforma da Lei de Improbidade Administrativa pela Lei nº 14.230/2021	86
3 Julgamentos no Supremo Tribunal Federal: ADI 6678, Tese nº 1.199 de Repercussão Geral (ARE nº 843.989/PR) e as ADIs 7042 e 7043.....	97
4 Efeitos diretos da reforma da Lei de Improbidade Administrativa na seara eleitoral	102
4.1 As inelegibilidades decorrentes de atos de improbidade administrativa e a jurisprudência eleitoral	102
4.2 Efeitos da reforma no campo eleitoral: notas da doutrina e da jurisprudência	107
5 Considerações finais.....	115
Referências	116

O debate sobre a implementação das candidaturas avulsas no direito eleitoral brasileiro na perspectiva de movimentos sociais e acadêmicos

Thiago Coelho Sacchetto	119
Introdução	120
1 Os argumentos preminentemente disruptivos dos representantes dos movimentos sociais	121
2 Os argumentos hegemonicamente especulativos dos representantes da academia	131
Considerações finais	142
Referências	143

JURISPRUDÊNCIA RECENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

AUTOS Nº 0600651-94.2020.6.05.0046	147
AUTOS Nº 0600425-96.2020.6.16.0171	165
AUTOS Nº 0600236-41.2020.6.06.0028	169
AUTOS Nº 0600528-97.2020.6.21.0128	201
AUTOS Nº 0000316-24.2016.6.26.0065	223
Instruções para os autores	237